



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 07/12

23 de Abril de 2012



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.

Defender Abril! Defender a CRP!

A poucas horas de comemarmos o trigésimo oitavo aniversário da revolução de 25 de Abril de 1974, estamos confrontados com situações que em nada se coadunam com o espírito e motivações que levaram à concretização daquele acto histórico e que, posteriormente, inspiraram os autores do texto fundamental que conduz as nossas vidas, os constitucionalistas que deram origem à Constituição da República Portuguesa, em 2 de Abril de 1976.

Os direitos básicos e fundamentais que despontaram como algo natural em Abril de 1974 e que depois se viram vertidos para letra da Lei Fundamental em Abril de 1976, têm vindo a ser profundamente adulterados sem que se tenha declarado um qualquer estado de emergência que tal determine.

Na semana passada, sem qualquer aviso prévio por parte das entidades responsáveis, foram os pensionistas militares (viúvas e reformados) surpreendidos com a não inclusão nas suas pensões do valor do complemento de pensão de reforma a que teriam direito, porque a entidade gestora (BPI) não o depositou devido ao facto de o Ministério da Defesa não ter feito a correspondente transferência de verba. Face às inúmeras queixas e reclamações que nos chegaram, entendeu a ANS fazer a denúncia pública de tal facto a que se seguiu, curiosamente, a promessa de resolução do problema (pelo menos para este mês) por parte do Ministério da Defesa. Veremos se no decurso desta semana a situação se normaliza. E para o mês que vem? E os outros?

Este corte vem agravar as preocupações sentidas com as anunciadas medidas relativamente às reformas. Para além da inenarrável declaração sobre a proibição do acesso às reformas antecipadas, lança-se a confusão no seio dos portugueses quanto ao valor das pensões a atribuir, misturando conceitos de justiça e injustiça, como se uma pensão que corresponda a toda uma vida e uma carreira contributiva possa ser posta em pé de igualdade com outras pensões atribuídas por outros tipos de desempenhos, alguns de muito curta duração.

Entretanto continua o folhetim das promoções. O secretismo que rodeia este assunto não pode augurar nada de positivo. No cumprimento do que a lei prevê, e por se tratar de uma questão de cariz socioprofissional por excelência, devemos pugnar pela participação efectiva na discussão e desenvolvimento desta matéria. Continua por definir qual o universo a abranger, quais os critérios a aplicar, qual a dimensão das eventuais promoções. O resultado final não pode ser idêntico ao que teve o Sistema Remuneratório em que apenas um grupo exclusivo de cargos de comando, direcção e chefia foram beneficiados com um aumento efectivo de vencimento, a que se deu eufemisticamente a designação de "despesas de representação". Porque são inerentes ao direito de progressão na carreira, as promoções não podem ser para grupos exclusivos!

Assim como as promoções não podem ser para grupos especiais ou exclusivos, também o direito à saúde, como diz a Constituição, deve ser universal. Mas particularmente os cuidados de saúde a facultar à família militar devem ser suficientemente acautelados para que a própria Condição Militar e a capacidade de desempenho da Missão Militar não sejam postas em causa.

Também a formação, como direito fundamental, deve ser reconhecida, certificada, credenciada para todos os militares, nos seus diversos níveis de formação, responsabilidade, autoridade e desempenho. Também aqui, o direito à formação não deve ser exclusivo de grupos ou elites.

Estes são apenas alguns dos direitos fundamentais que deveremos continuar a defender, não só como valores constitucionais, mas como valores que se afirmaram no espírito da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Na próxima Quarta-feira, dia 25 de Abril, participemos no desfile na Avenida da Liberdade, em Lisboa. A concentração será feita junto do Diário de Notícias, próximo do Marquês de Pombal, a partir das 14H45.

Se a nossa participação nesta celebração histórica tem sido sempre necessária, este ano a nossa presença assume uma maior importância pois o que está em causa é a defesa dos valores de Abril, dos valores plasmados na Constituição da República Portuguesa, aquela que jurámos defender, guardar e fazer guardar!

Com dignidade, firmeza e confiança, construímos o futuro!

**A Direcção
Lisboa, 23 de Abril de 2012**